

Perguntas frequentes sobre a transição da 8.ª para a 9.ª legislatura do Parlamento Europeu

Esta nota informativa complementa o [dossiê de imprensa](#) sobre as eleições europeias de 2019.

.

Contactos

Marjory VAN DEN BROEKE

Chefe do Serviço do Porta-Voz

☎ (+32) 2 284 43 04 (BXL)

☎ (+33) 3 8817 4336 (STR)

☎ (+32) 498 98 35 86

✉ marjory.vandenbroeke@europarl.europa.eu

Delphine COLARD

Serviço do Porta-Voz - Assuntos institucionais

☎ (+32) 2 284 33 83 (BXL)

☎ (+33) 3 8816 4123 (STR)

☎ (+32) 498 98 44 85

✉ delphine.colard@europarl.europa.eu

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa em português

☎ (+32) 2 283 21 98 (BXL)

☎ (+33) 3 8817 6758 (STR)

☎ (+32) 498 98 33 36

✉ isabel.nadkarni@europarl.europa.eu

O que vai estar na agenda da sessão constitutiva do Parlamento Europeu, de 2 a 4 de julho de 2019?

Os cidadãos elegeram os novos deputados ao Parlamento Europeu (PE) nas eleições europeias que se realizaram de 23 a 26 de maio.

Os eurodeputados recém-eleitos, que serão os representantes dos cidadãos da União Europeia (UE) até 2024, irão reunir-se pela primeira vez na sessão plenária constitutiva, de 2 a 4 de julho, em Estrasburgo.

Nesta sessão, serão eleitos o presidente do PE, os 14 vice-presidentes e os cinco questores. Será também decidida a composição numérica das comissões e das subcomissões parlamentares, dando-se assim início à 9.^a legislatura. Nas semanas seguintes, as comissões parlamentares terão as suas reuniões constitutivas, nas quais serão eleitos os respetivos presidentes e vice-presidentes.

- Eleição do novo presidente do PE
- Eleição dos vice-presidentes e dos questores
- Formação das comissões parlamentares

A sessão plenária constitutiva começa numa terça-feira. Porquê?

O Regimento do Parlamento Europeu determina que este se reúne na primeira terça-feira do mês seguinte ao primeiro mês completo após a realização das eleições europeias (artigo 146.º, n.º 2).

Artigo 146.º: Convocação do Parlamento

1. Nos termos do primeiro parágrafo do artigo 229.º do Tratado da União Europeia, o Parlamento reúne-se de pleno direito na segunda terça-feira de março de cada ano. O Parlamento delibera soberanamente quanto à duração das interrupções da Sessão.
2. Além disso, o Parlamento reúne-se de pleno direito na primeira terça-feira seguinte ao final de um intervalo de um mês a contar do termo do período previsto no artigo 10.º, n.º 1, do Ato de 20 de setembro de 1976.
3. A Conferência dos Presidentes pode alterar a duração das interrupções fixadas nos termos do n.º 1, mediante decisão fundamentada, tomada pelo menos 15 dias antes da data previamente marcada pelo Parlamento para o reinício da Sessão. O reinício da Sessão não pode, porém, ser adiado por mais de 15 dias.
4. A pedido da maioria dos membros que compõem o Parlamento ou a pedido da Comissão ou do Conselho, o Presidente, após consultar a Conferência dos Presidentes, convoca o Parlamento a título excecional.

Em casos de urgência, Presidente tem a faculdade de convocar o Parlamento a título excecional, com o consentimento da Conferência dos Presidentes.

.

Quem vai presidir à primeira sessão plenária?

A sessão em que é eleito um novo presidente é presidida pelo presidente cessante ou, se tal não for possível, por um dos vice-presidentes cessantes (determinado segundo a ordem de precedência). Na falta destes, o eurodeputado em funções há mais tempo ocupará a presidência.

O Parlamento Europeu elege o seu presidente de entre os seus membros.

Artigo 14.º: Presidência interina

1. Na sessão prevista no artigo 146.º, n.º 2, bem como em qualquer outra sessão consagrada à eleição do Presidente e da Mesa, o Presidente cessante ou, na falta deste, um dos vice-presidentes cessantes, determinado segundo a ordem de precedência, ou, na falta destes, o deputado em funções há mais tempo, ocupa a presidência até à proclamação da eleição do Presidente.

2. Durante a presidência do deputado que ocupe interinamente a presidência ao abrigo do n.º 1 não são efetuados debates cujo objeto seja estranho à eleição do Presidente ou à verificação de poderes nos termos do artigo 3.º, n.º 2, segundo parágrafo. Quaisquer outras questões relacionadas com a verificação de poderes levantadas durante a sua presidência são enviadas à comissão competente.

.

Como é eleito o presidente do Parlamento Europeu?

Os candidatos à presidência do PE podem ser propostos por um grupo político ou por um vigésimo dos membros que compõem a instituição, ou seja, pelo menos 38 eurodeputados (o “[limiar baixo](#)” introduzido pelo Regimento revisto). A eleição processa-se por escrutínio secreto ([artigo 15.º do Regimento](#)).

Os eurodeputados assinalam o nome do candidato que apoiam num boletim que é colocado numa urna, sendo a contagem dos votos feita por oito escrutinadores tirados à sorte entre os deputados.

Para ser eleito, um candidato tem de obter a maioria absoluta dos votos expressos ([artigo 16º](#)), ou seja, pelo menos 50% mais um.

Os votos brancos ou nulos não são tidos em conta para calcular a maioria necessária. Se nenhum candidato for eleito no primeiro escrutínio, podem ser propostos para uma segunda volta os mesmos candidatos ou outros, nas mesmas condições. Isto pode ser repetido numa terceira volta, se necessário, mais uma vez nas mesmas condições.

Se, no terceiro escrutínio, nenhum dos candidatos for eleito, só poderão candidatar-se à quarta volta os dois candidatos que na terceira volta tenham obtido maior número de votos, sendo eleito o candidato que obtiver maior número de votos.

O presidente recém-eleito pode optar por fazer uma intervenção inaugural, antes de presidir à eleição dos vice-presidentes e dos questores.

.

Como são eleitos os vice-presidentes e os questores?

Após a eleição do presidente, o PE elege os outros dois órgãos políticos principais da instituição: os 14 vice-presidentes e os cinco questores.

As candidaturas seguem as mesmas regras que as aplicáveis à presidência ([artigo 15.º do Regimento](#)). Os 14 vice-presidentes são eleitos à primeira volta, por maioria absoluta dos votos expressos. Se o número de candidatos eleitos na primeira volta for inferior ao número de lugares a preencher (14), proceder-se-á a um segundo escrutínio, nas mesmas condições, a fim de preencher os restantes lugares. Se for necessário um terceiro escrutínio, utilizar-se-á o critério da maioria relativa para o preenchimento dos lugares vagos ([artigo 17.º](#)).

A ordem de precedência dos vice-presidentes é determinada pela ordem segundo a qual foram eleitos e, em caso de empate, pela idade. Se tiverem sido eleitos por aclamação, procede-se a uma votação por escrutínio secreto para determinar a ordem de precedência.

É seguido o mesmo processo para a eleição dos questores. Os grupos políticos procuram assegurar que a escolha dos vice-presidentes e dos questores reflita a força numérica dos grupos e que tenha em conta os resultados da eleição do presidente.

.

Quando saberemos para que comissões vão os eurodeputados?

Na sessão plenária constitutiva, o PE decide também a composição numérica das comissões parlamentares, com base numa proposta da Conferência dos Presidentes. Esta proposta é submetida a plenário para aprovação (maioria simples).

As nomeações para as comissões parlamentares são decididas pelos grupos políticos e anunciadas na primeira sessão plenária (não há votação, de acordo com um [apêndice ao Regimento do PE](#)). As comissões reúnem-se nas semanas seguintes (reuniões constitutivas) para eleger os respetivos presidentes e vice-presidentes. São constituídas por um período de dois anos e meio.

As comissões emendam as propostas legislativas, aprovando relatórios, propondo alterações para apreciação em sessão plenária e designando equipas para conduzir negociações com o Conselho sobre a legislação da UE. Aprovam também relatórios de iniciativa, organizam audições com peritos e examinam a atuação de outros órgãos e instituições da UE.

.

Quantos eurodeputados tem cada comissão parlamentar?

Na 8.^a legislatura, cada [comissão parlamentar](#) tinha entre 25 e 73 membros titulares e um número equivalente de membros suplentes. A composição numérica das comissões na 9.^a legislatura será decidida na primeira sessão plenária (2 a 4 de julho de 2019), com base numa proposta da Conferência dos Presidentes.

.

Quem preside às comissões?

Na sua reunião constitutiva, cada comissão elege um presidente e, no máximo, quatro vice-presidentes de entre os seus membros titulares, que constituem a “mesa da comissão”, para um mandato de dois anos e meio. A composição política das comissões reflete a da assembleia plenária.

.

Que outras comissões tem o Parlamento Europeu?

O PE pode igualmente constituir subcomissões e comissões temporárias especiais para abordar questões específicas e dispõe de competências para constituir comissões de inquérito para analisar alegações de infração ou de má administração na aplicação do direito da UE.

Comissões especiais na legislatura 2014-2019:

- TAXE - Decisões fiscais antecipadas e outras medidas de natureza ou efeitos similares (trabalhos concluídos em 30 de novembro de 2015)
- TAX2 - Decisões fiscais antecipadas e outras medidas de natureza ou efeitos similares (trabalhos concluídos em 2 de agosto de 2016)
- TAX3 - Crimes Financeiros e Elisão e Evasão Fiscais (trabalhos concluídos em 28 de março de 2019)
- TERR - Terrorismo (trabalhos concluídos em 14 de novembro de 2018)
- PEST - Procedimento de Autorização da União para os Pesticidas (trabalhos concluídos em 12 de dezembro de 2018)

Comissões de inquérito na legislatura 2014-2019:

- EMIS - Medição das Emissões no Sector Automóvel (trabalhos concluídos em 4 de abril de 2017)
- PANA - Branqueamento de Capitais, Elisão e Evasão Fiscais (trabalhos concluídos em 13 de dezembro 2017)

Comité de conciliação

Na fase de conciliação, é constituído um “comité de conciliação”. A conciliação é a terceira e última fase do processo legislativo ordinário (também denominado “codecisão”). O processo de conciliação é iniciado se o Conselho não adotar todas as alterações aprovadas pelo Parlamento em segunda leitura.

O comité de conciliação é constituído por duas delegações: a delegação do Conselho, composta por um representante de cada Estado-Membro (ministros ou seus representantes), e a delegação do Parlamento, composta por igual número de eurodeputados. O comité de conciliação é responsável pela elaboração de um “projeto comum”, que, em seguida, deve ser aprovado tanto pelo Parlamento como pelo Conselho.

Quem coordena o trabalho das comissões?

Os presidentes das comissões parlamentares coordenam o trabalho destes órgãos na Conferência dos Presidentes das Comissões. [Mais informação](#)

.

O que são os grupos políticos e como são constituídos?

- Um grupo político tem de integrar, no mínimo, 25 eurodeputados de pelo menos um quarto dos Estados-Membros, isto é, sete países
- Ao formarem um grupo político, os eurodeputados aceitam, por definição, que existe entre si afinidade política. Uma declaração política, determinando a finalidade do grupo, é incluída numa declaração oficial que é enviada ao presidente do PE
- As negociações com vista à formação dos grupos políticos começaram a 27 de maio
- Os grupos políticos têm de notificar a sua composição até 1 de julho, para serem reconhecidos a partir de 2 de julho
- Um grupo político pode ser criado a qualquer momento durante a legislatura

Quais são os requisitos para a formação de um grupo político?

Após as eleições, os eurodeputados constituem grupos políticos. Estes grupos reúnem eurodeputados de [diferentes Estados-Membros](#) em função das suas afinidades políticas. Os grupos também podem ser constituídos posteriormente durante o mandato do Parlamento. No final da 8.^a legislatura, existem oito grupos políticos no PE.

Para obter formalmente este estatuto, um grupo político tem de ser constituído, no mínimo, por 25 eurodeputados eleitos, pelo menos, num quarto dos Estados-Membros (isto é, no mínimo, sete). Cada eurodeputado só pode pertencer a um grupo político.

A constituição de um grupo político tem de ser comunicada ao [presidente do PE](#) numa declaração oficial, da qual conste a denominação do grupo, o nome dos deputados que o integram e a composição da respetiva mesa, bem como uma declaração política que defina a finalidade do grupo ([artigo 32.º do Regimento do PE](#)).

Normalmente, o PE não avalia a afinidade política dos membros de um grupo. Ao formarem um grupo, os eurodeputados, por definição, aceitam que têm afinidades políticas. Só se isso for posto em causa pelos próprios deputados envolvidos, será necessário que o Parlamento avalie se o grupo se encontra, efetivamente, constituído de acordo com as regras.

.

Como são financiados os grupos políticos?

Os grupos políticos podem contratar pessoal e dispõem de estruturas administrativas que são financiadas pelo orçamento do Parlamento. A Mesa do PE estabelece as regras de gestão e auditoria desses fundos e estruturas. Os fundos disponibilizados aos grupos destinam-se não só a cobrir os custos operacionais e administrativos do pessoal de um grupo político, mas também as despesas decorrentes de iniciativas políticas e de informação relacionadas com as atividades políticas da UE.

O orçamento não pode ser utilizado para financiar qualquer tipo de campanha eleitoral europeia, nacional, regional ou local, nem para financiar partidos políticos a nível nacional ou europeu, ou órgãos deles dependentes.

Nem todos os eurodeputados pertencem a um grupo. Os que não pertencem a nenhum grupo são denominados deputados “não inscritos”. Também dispõem de pessoal e têm direitos ao abrigo das regras definidas pela Mesa.

.

Como são eleitos os presidentes dos grupos políticos?

Existem atualmente - final da 8.^a legislatura - oito grupos políticos no Parlamento Europeu. Cada um deles elege o(s) respetivo(s) presidente(s). Os presidentes dos grupos políticos formam, com o presidente do Parlamento Europeu, a [Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu](#).

A Conferência dos Presidentes organiza os trabalhos e a programação legislativa do PE, decide a composição e as competências das comissões e das delegações e é responsável pelas questões relativas às relações com as outras instituições europeias, os parlamentos nacionais e os países terceiros.

.

Como são eleitos os coordenadores nas comissões parlamentares?

Os grupos políticos elegem “coordenadores” para as comissões parlamentares. Os coordenadores são os líderes políticos de cada grupo nas comissões. Coordenam os pontos de vista dos respetivos grupos sobre os temas submetidos à apreciação das comissões e organizam os trabalhos das comissões em conjunto com os presidentes e os vice-presidentes de cada comissão.

.

Verificação dos novos eurodeputados

Os eurodeputados recém-eleitos são sujeitos a uma verificação de poderes, a fim de confirmar que não desempenham outras funções incompatíveis com o mandato de deputado ao Parlamento Europeu. Entre as funções incompatíveis contam-se as de membro do governo ou parlamento de um Estado-Membro da UE, da Comissão Europeia, do Tribunal de Justiça, do Conselho de Administração do Banco Central Europeu, do Tribunal de Contas ou do Banco Europeu de Investimento. Os funcionários no ativo de instituições europeias ou de organismos criados ao abrigo dos Tratados da UE para gerir fundos comunitários também estão impedidos de ser eurodeputados.

Logo que os resultados das eleições são declarados oficiais, os Estados-Membros comunicam os nomes dos deputados que têm assento no PE, sendo solicitado às autoridades nacionais competentes que tomem as medidas necessárias para evitar qualquer [incompatibilidade](#) de funções com o mandato de eurodeputado.

Antes de ocuparem os seus lugares, os novos eurodeputados cuja eleição tenha sido comunicada ao PE deverão declarar, por escrito, que não exercem quaisquer funções incompatíveis com o mandato de deputado ao Parlamento Europeu. Esta declaração deve ser feita, o mais tardar, seis dias antes da sessão constitutiva do PE ([artigo 3.º do Regimento do PE](#)).

Os poderes dos eurodeputados recém-eleitos são verificados “ex post” pela [comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos](#), que toma uma decisão com base nas informações fornecidas pelos Estados-Membros. A decisão é então comunicada ao presidente do PE, que informa a assembleia plenária durante a sessão seguinte. Além de verificar os poderes dos deputados, o PE decide igualmente sobre quaisquer litígios nos termos do Ato eleitoral de 20 de setembro de 1976, com exceção dos baseados nas leis eleitorais nacionais.

Se se comprovar que um eurodeputado exerce funções incompatíveis, o PE verificará a abertura da vaga.

.

Como se processa a nomeação do presidente da Comissão e dos comissários?

O Parlamento Europeu elege o presidente da Comissão Europeia. A primeira oportunidade será na segunda sessão plenária de julho (de 15 a 18 de julho de 2019).

Após as eleições europeias, uma das primeiras tarefas do novo Parlamento é a eleição de um novo presidente da Comissão Europeia, o órgão executivo da UE. Cabe aos Estados-Membros nomear um candidato para o cargo, mas, ao fazê-lo, têm de ter em conta os resultados das eleições europeias. Além disso, é necessário que o PE aprove o novo presidente da Comissão por maioria absoluta (metade dos eurodeputados mais um).

Se o candidato não obtiver a maioria necessária, os Estados-Membros terão de propor um novo candidato no prazo de um mês (Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada). Para as eleições de 2014, o PE introduziu o sistema dos candidatos principais. Cada partido político europeu apresentou um candidato a presidente da Comissão. O partido que saiu vencedor das eleições - e que conseguiu assegurar uma maioria no PE - pôde pôr o seu candidato na chefia da Comissão.

Comissários

Os candidatos às restantes pastas da Comissão são submetidos a um rigoroso processo de confirmação parlamentar.

O Conselho, de comum acordo com o presidente da Comissão eleito, adota a lista de comissários indigitados, um por cada Estado-Membro. Os comissários indigitados comparecem perante as comissões parlamentares competentes nos seus futuros domínios de competência (as audições deverão ter lugar em outubro).

Cada comissão parlamentar reúne-se de seguida para avaliar o desempenho e a experiência do candidato, sendo depois essa avaliação enviada à Conferência dos Presidentes das Comissões e ao presidente do PE. No passado, uma avaliação negativa já levou alguns candidatos a desistirem do cargo. Cabe à Conferência dos Presidentes dar as audições por terminadas.

A Comissão no seu todo, incluindo o presidente da Comissão e o Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, são depois sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento.

Depois de terem sido aprovados pelo Parlamento, o presidente e os comissários são nomeados formalmente pelo Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada.

Em caso de uma remodelação substancial durante o mandato da Comissão, do preenchimento de uma vaga ou da nomeação de um novo comissário na sequência da adesão de um novo Estado-Membro, os comissários em questão voltam a ser ouvidos nas comissões

parlamentares pertinentes.

.

Quantos eurodeputados terá o novo Parlamento Europeu?

A nova composição do Parlamento Europeu (705 eurodeputados) só será aplicável se e quando o Reino Unido deixar de ser membro da União Europeia.

Enquanto o Reino Unido pertencer à UE, manter-se-á a atual composição (751 eurodeputados).

Assim que a retirada do país da União produza efeitos jurídicos, o número de eurodeputados passará de 751 para 705.

Os Estados-Membros que ganham novos assentos no PE após a saída do Reino Unido, segundo a [composição prevista para a 9.ª legislatura](#), são: França, Itália, Espanha, Polónia, Roménia, Países Baixos, Suécia, Áustria, Dinamarca, Eslováquia, Finlândia, Irlanda, Croácia e Estónia.

[Artigo 3.º, n.º 2 da Decisão que fixa a composição do Parlamento Europeu:](#)

“2. No entanto, no caso de o Reino Unido continuar a ser Estado-Membro da União no início da legislatura de 2019-2024, o número de representantes ao Parlamento Europeu por Estado-Membro a entrar em funções é o fixado no artigo 3.º da Decisão 2013/312/UE do Conselho Europeu, até que a saída do Reino Unido da União produza efeitos jurídicos.

Assim que a retirada do Reino Unido da União produzir efeitos jurídicos, o número de representantes ao Parlamento Europeu eleitos em cada Estado-Membro é o disposto no n.º 1 do presente artigo.

Todos os representantes ao Parlamento Europeu que preencherem os lugares suplementares resultantes da diferença entre o número de lugares atribuídos no primeiro e segundo parágrafos ocupam os seus lugares no Parlamento Europeu simultaneamente”.

.